



UC/EPCE 2017

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Representações das Pessoas com Deficiência
Intelectual e Valores humanos**

Davide Martins Carvalho (davide.carvalho@outlook.pt)

Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações e do
trabalho sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Pires
Valentim

Representações das pessoas com deficiência intelectual e valores humanos

As representações sociais são uma ferramenta bastante estudada que nos permite, de certo modo, compreender a forma como a informação do senso comum se encontra organizada e pautam no estudo como um meio de compreensão para o entendimento que a população tem sobre a deficiência intelectual. Também os valores humanos enquanto determinantes do comportamento humano podem ser úteis na compreensão da marginalização da pessoa com deficiência intelectual. O estudo tem como objetivo contribuir para o esclarecimento das representações sociais da deficiência intelectual e da sua relação com as barreiras e dificuldades que esta enfrenta face à entrada no mercado de trabalho, nomeadamente através da comparação de perfis entre o perfil de um deficiente intelectual e o perfil de alguém bem sucedido profissional e pessoalmente. Ao mesmo tempo que se procura compreender de que forma os valores dos indivíduos se relacionam com as suas atribuições à deficiência intelectual.

Através de análises de carácter exploratório, procurou-se compreender através de medidas descritivas as diferenças e semelhanças entre os perfis estudados, realizando posteriormente uma análise fatorial em componentes principais para simplificar os dados e compreender quais os principais fatores associados a cada perfil. Procedeu-se de seguida a uma análise das associações entre os fatores extraídos da análise fatorial e os valores de Schwartz, no sentido de compreender as associações entre ambos. Os resultados apontam para uma imagem de inadequação e imaturidade relacional da pessoa com deficiência intelectual, em suma pouco semelhante à imagem de adequação empreendedora e equilíbrio emocional associada à pessoa com sucesso profissional e pessoal. Adicionalmente os resultados sugerem uma associação positiva entre os valores ligados à abertura à mudança e a autotranscendência com as representações sociais da deficiência intelectual. Os dados sugerem que as representações sociais da deficiência intelectual continuam a pautar pela negatividade e inadequação socioprofissional.

Palavras-chave: deficiência intelectual, valores, representações sociais, trabalho, integração socioprofissional.

Social representations of intellectual disabled people and human values

Social representations are a well-studied resource that allow us to understand how the common sense is organized and how it influences the way the population perceives intellectual disability. Human values, as an important determinant of human behavior, can also be useful on understanding the marginalization of the intellectually disabled people. This study aims to clarify the relationship of the social representations of the intellectually disabled people with the obstacles and difficulties created to her inclusion on the job market. More specifically, this study aims to compare the profile of an intellectual disabled person with the profile of a person with a well-succeed professional and personal life. At the same time, it aims to understand how the values of the respondents relate with their own representations on intellectual disability.

We used exploratory analyses and descriptive measures to perceive the differences and similarities between the mentioned profiles and a principal components analysis to find the major factors associated with each profile. We then analyze the association between the factors previously extracted and the Schwartz values.

Our results suggest a profile of inadequacy and relational immaturity of the intellectually disabled person that contrasts with a profile of enterprise adequacy and emotional balance that characterize the well-succeeded person. The results also suggest a positive association between values of openness to change and self-transcendence with the social representations of the intellectual disability. To sum up, the social representations still seem to be related with negativity and socio-professional inadequacy.

Key-words: intellectual disability; human values; social representations; work; socio-professional inclusion

Agradeço

Ao Professor Doutor Joaquim Pires Valentim pela orientação e confiança ao longo deste processo. Um sincero obrigado pela liberdade e atenção próxima com que me orientou nos últimos meses.

Às colegas de orientação, em especial à Mariana, por toda a partilha, companheirismo e entreajuda.

A todos aqueles que anonimamente concordaram em colaborar com este estudo.

À República dos Galifões, por ser a minha casa desde o primeiro dia, por todos os dias me ajudar a construir a minha independência e principalmente por todos os momentos que me fez questionar. Sou hoje o *mais* do *menos* que chegou.

À Desconcetuna, por todos os momentos, mas principalmente por todos os amigos, demasiados para enumerar. Por acreditar em mim, enquanto todo, e por se revelar para sempre merecedora. Serei desmesuradamente *contente* convosco.

Aos meus amigos, aos que se refletem nesta palavra, oriundos de vários lugares. Serei resultado da vossa partilha.

Uma palavra especial à *Phofarta* e à *Manso* por me terem suportado neste momento mais intenso de produção, e por terem sido muitas vezes a ajuda que precisava.

Às *Cabras*, por serem constantes. Seja na mutante Coimbra ou no mundo, contarei sempre com vocês.

À minha família, à qual devo as mais sinceras desculpas por todos os momentos que vou perdendo em prol da minha natureza independente. Não vos queria diferentes.

Por último à avó e à mãe, Rosa e Maria, por serem os exemplos de força e verdade que guardarei para sempre. Se me atrevo a ser, a vocês o devo. Obrigado fofas.

Índice

I. Introdução.....	1
II. Enquadramento conceptual	2
Deficiência Intelectual	2
Representações Sociais.....	3
Valores	5
III - Objetivos	9
IV - Metodologia	9
Desenho da investigação	9
Descrição da amostra	10
Instrumentos.....	10
Procedimentos de investigação adotados	10
IV - Resultados	12
V - Discussão	19
VI - Conclusões.....	23
Bibliografia	24
Anexos.....	28

I. Introdução

O trabalho é na atualidade uma atividade quotidiana central à maioria da população adulta mundial, além de possuir um elevado valor instrumental, este é ainda associado à inclusão social, à independência económica e a uma consequente valorização e realização pessoal dos cidadãos (Gabinete de Estratégia e Planeamento; Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2012). Presente na Constituição da República Portuguesa, alínea 1 do Artigo 58, o direito ao trabalho, (“todos têm direito ao trabalho”, Artigo nº58 de 12 de agosto de 2005 da Constituição da República Portuguesa), é direito de qualquer cidadão, sendo, nesse sentido, necessário compreender as fontes de marginalização das pessoas com deficiência intelectual por parte do mercado de trabalho e da comunidade envolvente.

Paralelamente à notável carência de estudos sobre a deficiência, os cientistas sociais continuam a demonstrar reduzido interesse na vida e condições das pessoas com deficiência, atribuindo ênfase aos estados crónicos e à deficiência como problema de saúde, sendo notável a ausência de discussão sobre a deficiência nas teorias sociais clássicas (Barnes & Mercer, 2005). Face ao sentido desinteresse e discussão médica da deficiência as pessoas com deficiência apresentaram o modelo social da deficiência, que se traduz numa perspectiva desenvolvida sobre o descontentamento perante a abordagem médica e individual (Fontes, 2016, pp. 35-38). Este modelo postula que a condição médica não impede a pessoa com deficiência de participar e contribuir comunitária e socialmente, mas sim uma construção social feita sobre a deficiência e as barreiras que esta acarreta tanto a nível social, como político, como físico ou psicológico. A deficiência resulta assim de uma construção social, com carácter opressivo, uma vez as barreiras edificadas excluem da participação social as pessoas com deficiência (Fontes, 2016, p. 37). A presença de barreiras é visível nas mais básicas instituições, como a escola e o trabalho, e os dados estatísticos dos Censos de 2001 e de 2011 revelam diferenças ao nível das habilitações por parte das pessoas com deficiência, assim como diferenças claras no campo do desemprego (Fontes, 2016, pp. 100-102). O que prova a existência de uma desigualdade de oportunidade presente na sociedade portuguesa face ao contributo social e participação comunitária possível das pessoas com deficiência. O modelo social da deficiência apresenta ainda uma clara distinção entre incapacidade e deficiência, referindo-se à primeira como os aspetos biológicos e médicos de cada um e à deficiência como o fenómeno socialmente produzido sobre as referidas incapacidades, potenciador de exclusão social (Fontes, 2016, p. 38). Cientes que os portadores de deficiência enfrentam ameaças constantes aos seus estilos de vida, à sua habilidade para contribuir socialmente e até mesmo à sua sobrevivência física (Grover & Soldatic, 2013), o modelo social da deficiência coloca o foco sobre as construções sociais. Exemplos como a austeridade, comum atualmente à maioria do mundo desenvolvido, assente na premissa de constante crise económica, facilitam a marginalização daqueles que mais facilmente são afetados pelas mudanças universais, sendo os seus direitos e condições de vida

afetados e atacados de forma constante (Graby, 2015).

Em Portugal e no mundo ao longo dos anos a deficiência tem vindo a ser usada como veículo de opressão sobre aqueles rotulados como deficientes, num processo alheio à pessoa com deficiência, que afeta a sua vida nos mais diversos patamares, como a sua liberdade e a sua dignidade, muitas vezes determinadas em prol do interesse da comunidade ou do bem-estar do próprio indivíduo (Fontes, 2016). A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência apresenta um conjunto de artigos que pretendem clarificar e guiar os estados sobre as necessidades, intrinsecamente humanas, da pessoa com deficiência. Relativamente a estas, o Artigo 9º deixa claro que para a potencial independência e participação plena da pessoa com deficiência esta deve ter salvaguardado o acesso, de modo igualitário, ao ambiente físico, ao transporte, à informação e à comunicação, possibilitando a acessibilidade, eliminando barreiras e obstáculos à sua participação social. Já o Artigo 27º chama à atenção para o direito ao trabalho das pessoas com deficiência, sobre condições de igualdade, salvaguardando os seus direitos e combatendo a precariedade. O Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (2012) defende a importância da inclusão de deficientes e portadores de incapacidade no mercado de trabalho, entendendo como fator decisivo na inclusão social destes, na sua independência económica e consequente valorização e realização pessoal. Acrescentando que as organizações possuem responsabilidade na influência e transformação social, através da adoção de comportamentos socialmente responsáveis (Gabinete de Estratégia e Planeamento; Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2012). Sendo que aquelas organizações cujos ambientes se encontram fortalecidos por valores e práticas inclusivas, atendendo às necessidades de cada um revelam tendencialmente climas organizacionais mais agradáveis e tendem a ser mais competitivas (Gabinete de Estratégia e Planeamento; Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, 2012).

De notar que atitudes negativas para com pessoas com deficiência intelectual impedem o seu progresso de inclusão nas escolas, no trabalho e na comunidade em geral (Yazbeck, McVilly & Parmenter, 2004), sendo importante compreender quais os fenómenos que estão na base de atitudes mais negativas e menos inclusivas para com o deficiente intelectual, no sentido de potenciar a sua inclusão e participação social. É então importante compreender como os aspetos teóricos como as representações sociais e as atitudes nos podem ajudar a descortinar a marginalização da pessoa com deficiência intelectual e potenciar a sua inclusão.

II. Enquadramento conceptual

Deficiência Intelectual

O dicionário APA redireciona a definição de deficiência intelectual para a, ainda enraizada, definição de retardo mental, a qual, com base no DSM-IV-TR, caracteriza um transtorno com base numa função intelectual

significativamente abaixo da média:

(...) especificamente, um QI de 70 ou abaixo, cujo comportamento adaptativo está prejudicado, e nos quais a condição é manifestada durante o período de desenvolvimento, definido nomeadamente como abaixo dos 22 ou 18 anos. Podendo resultar de lesão cerebral, doença ou causas genéticas, tipicamente caracterizado por um prejuízo de capacidades educacionais, sociais e vocacionais. (APA, 2007)

Caracterizada como “limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, expressas em capacidades conceptuais, sociais e práticas” pela American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD, Ad Hoc Committee on Terminology and Classification, 2010) a deficiência intelectual é contextualizada em padrões assentes nos ambientes sociais que servem de referência ao indivíduo e permitem comparação, como casas, vizinhanças, escolas, negócios e ambientes frequentados por pessoas de idade aproximada (AAIDD, Ad Hoc Committee on Terminology and Classification, 2010). Compreendendo a influência social presente na definição e identificação da deficiência intelectual é importante procurar, nas teorias sociais, formas de compreensão das atitudes face a esta população.

Vendo no trabalho uma ferramenta que permite a manutenção de um importante balanço entre lazer e trabalho, entre a responsabilidade e a diversão, entre os papéis de adulto e de criança, além de fornecer os meios para a obtenção de satisfação de necessidades pessoais, como roupa, comida e desenvolvimento pessoal (Engeset, Söderström, & Vik, 2015) é expectável que pessoas com deficiência intelectual façam parte da força de trabalho, sendo que muitas vezes tal não se verifica e esta população é geralmente apontada como desadequada vocacionalmente e conduzida à procura de benefícios para a deficiência (Engeset et al., 2015; Fontes, 2016). As tendências globais da atualidade têm impacto na forma como a psicologia e a sociedade encaram as pessoas com deficiência intelectual, assim como as suas famílias, os seus cuidadores ou outros envolvidos. Tendo em conta que as pessoas com deficiência intelectual vivem, actualmente, mais e participem na vida social das suas comunidades de forma mais ativa e visível (Walsh & Linehan, 2007; Alcedo, Fontanil, Solís, Pedrosa, & Aguado, 2016) a sua participação no mercado de trabalho não acompanhou tais tendências. Enquanto no passado, adultos com deficiência intelectual eram incluídos para assegurar funções mais básicas e manuais, geralmente em condições de servidão e desigualdade, actualmente, os indivíduos pertencentes a esta população são, por outro lado, maioritariamente excluídos do mercado de trabalho (Walsh & Linehan, 2007).

Representações Sociais

Assente no conceito de representações coletivas de Durkheim, Moscovici desenvolveu o conceito de representações sociais, que posteriormente deu origem à Teoria das Representações Sociais, identificando como fenómeno o que era até ao momento visto como conceito (Moscovici, 1988; 2000). Este aconselha um debruçar sobre as representações sociais,

identificando-as como uma forma específica de compreender e comunicar aquilo que sabemos previamente (Moscovici, 2000). As representações sociais são um fenómeno importante na compreensão social, nomeadamente na aquisição e formação de conhecimento, na criação de realidades e senso comum (Moscovici, 1981),

Definidas como um “conjunto de conceitos, proposições e explicações criadas na vida quotidiana, no decurso da comunicação interindividual. São o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ainda ser vistas como uma versão contemporânea do senso comum” (Moscovici, 1981, p. 181). As representações sociais aplicam-se sobre os objetos, as pessoas e os eventos e dão-lhe uma forma definida, uma localização categórica, e gradualmente definem-nos como modelos de um certo tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Prescritivas, impõem-se sobre nós com força irresistível, força essa que resulta da combinação de uma estrutura anterior à formulação do pensamento e de uma tradição que dita o que devemos pensar (Moscovici, 2000).

O conceito de representação social, contrariamente às representações coletivas, procura explicar, além da permanência, a mudança, assim como a identificação dos processos que interligam ambas (Vala & Castro, 2013), sendo que “as representações sociais determinam tanto o carácter do estímulo, como a resposta que este ilícita” (Moscovici, 2000, p. 70). Os mecanismos cognitivos quando impulsionados, por exemplo, perante uma figura, trazem-na para o universo pessoal e atribuem-lhe um significado, uma interpretação (Moscovici, 2000). Contrariamente à conceção estática de Durkheim, Moscovici defendeu as representações como estruturas dinâmicas, que operam num conjunto de relações e comportamentos que surgem e desaparecem com a representação (Moscovici, 2000). Assim as representações sociais são encaradas pela psicologia social como “variáveis independentes ou estímulos explicativos” (Moscovici, 2000, p. 70), pois contribuem para uma compreensão da forma como os sistemas sociais influenciam o pensamento social, como rumores, memória social e estereótipos (Vala & Castro, 2013).

As representações sociais, segundo Moscovici (1981), produzem-se através de dois processos instrumentais na moldagem das representações sociais: a ancoragem e a objetificação. A transformação em algo comum, habitual, tangível, uma ideia até então não familiar, não é automático, e estes dois processos são centrais para as representações sociais, onde predominam a memória e as conclusões estabelecidas previamente (Moscovici, 1981). A ancoragem relaciona-se diretamente com o ancorar das representações, a inclusão destas na vida quotidiana, nas categorias e imagens com as quais estamos permanentemente em contacto e nos permitem comunicar, reconhecer imagens e pontos de referência. A objetivação transforma algo abstrato em algo tangível, palpável, físico, traduzindo o que até então existia no nosso pensamento para algo que existe na natureza. Ambos os processos facilitam a familiarização para com a novidade e o incomum, certificam-se da transferência do novo para o nosso quadro de referência, onde o podemos

interpretar, comparar e, mais tarde, reproduzir ou comunicar (Moscovici, 1981).

Valores

Atualmente os valores figuram como uma peça central, juntamente com outros conceitos psicossociais, na compreensão dos fenômenos abordados nas ciências sociais (Estramiana, Pereira, Monster, & Zlobina, 2013, p. 311). Grande impulsionador do estudo e teorização dos valores, Rokeach (1973), define-os como “crenças de que um modo específico de conduta é pessoalmente ou socialmente preferível a um outro modo de conduta” (Rokeach, 1973, p. 5). Distinguindo três tipos de crenças, as crenças existenciais ou descritivas, de caráter verdadeiro ou falso, as crenças avaliativas, onde se julga o objeto em análise como bom ou mau, prejudicial ou benéfico, e as crenças prescritivas ou proscritas, que julgam o significado ou fim de uma ação como desejável ou não desejável. Rokeach enquadra os valores nas últimas, uma crença segundo a qual um indivíduo atua segundo uma preferência (Rokeach, 1973).

Shalom Schwartz, uma outra figura central no estudo dos valores, apresenta-os como:

Estruturas cognitivas ligadas de forma próxima com o afeto. Quando valores são ativados, estes fundem-se com sentimentos. Por exemplo, pessoas cuja independência é um valor importante discutem-na de forma vigorosa, ficando alterados quando esta é ameaçada, e desesperam quando são impotentes em protegê-la, ficando felizes, ao contrário, quando a podem manifestar e expressar. (Schwartz, 2003)

Referindo-se a objetivos desejáveis, os valores, transcendem ações e situações específicas, servindo como padrões ou critérios que guiam a seleção e avaliação de diferentes ações, políticas, pessoas ou eventos (Schwartz, 2003). Permitem decidir sobre estas no sentido em que facilitam a distinção entre benéfico ou justificável e prejudicial e ilegítimo. Balizam as intenções de aproximação e evitamento, tendo em conta a organização hierárquica do sistema de valores, e a valorização ou não de determinado valor. Quando se refere a existência de valores, refere-se a existência, em alguém, de crenças relativas a modelos de conduta ou estados finais de existência, crenças que possuem componente cognitiva, afetiva e comportamental (Rokeach, 1973). Diferente de norma social, que se refere a modos de comportamento, um valor refere-se também a estados finais de existência, sendo que, ao contrário da norma social, que prescreve um comportamento específico para cada situação, um valor transcende situações específicas, tornando-se mais pessoal e interno, enquanto, por outro lado, a norma é consensual e externa à pessoa (Rokeach, 1973; Schwartz, 2003).

No estudo dos valores e no caminho para a sua operacionalização, Rokeach definiu ainda um conjunto de características que lhes atribuem especial individualidade, nomeadamente a consciencialização de que o número de valores que uma pessoa possui é relativamente pequeno e que todos os indivíduos possuem os mesmos valores, em graus diferentes (Rokeach, 1973; Schwartz, 2003; Estramiana, Pereira, Monster, & Zlobina, 2013) e os

seus principais antecedentes são a cultura, a sociedade e as suas instituições e a personalidade (Rokeach, 1973) e estes se organizam segundo um sistema de valores, sendo que “um sistema de valores é um abraçar de uma organização de crenças relativas a modos de conduta preferidos ao longo de um *continuum* de importância relativa” (Rokeach, 1973, p. 5). Desta forma, quando um valor é aprendido torna-se parte integrante de um sistema de valores (Rokeach, 1973; Schwartz, 2003; Estramiana, Pereira, Monster, & Zlobina, 2013), onde cada valor é ordenado por ordem prioritária. Este sistema apresenta-se como relativamente estável ao longo do tempo, permitindo a continuidade de uma personalidade ligada diretamente à cultura e sociedade onde está inserida, mas instável o suficiente para permitir rearranjos resultantes de mudanças culturais, sociais ou experiências pessoais, sendo que estas mudanças não só irão gerar diferenças individuais ao nível da hierarquização dos valores mas também gerarão diferenças individuais na estabilidade do sistema de valores (Rokeach, 1973). A importância relativa atribuída a cada valor na formulação de um conjunto de valores relativamente estável, gera atitudes e comportamentos típicos, influenciados não por um mas múltiplos valores, que contribuem para a avaliação da ação e para a avaliação e hierarquização de importância da ação para o ator (Schwartz, 2003).

Os valores podem ser utilizados, não apenas como variáveis independentes, mas também como variáveis dependentes, no sentido, em que refletem as influências às quais os indivíduos e os seus grupos estão expostos (Schwartz, 2003). Quando se chega a conclusões sobre os valores de um grupo ou pessoa não se pode inferir que esse grupo ou pessoa pense efetivamente que os seus valores se aplicam de forma igual a si e aos outros (Rokeach, 1973). Visto que uma das particularidades dos valores é a versatilidade com que os mesmos podem ser empregues na vida quotidiana, estes podem ser partilhados ou não e o seu uso pode obedecer a padrões simples ou padrões múltiplos (Rokeach, 1973). Uma pessoa pode então sentir a necessidade de aplicar os valores de igual forma a si e aos outros, ou a si e não aos outros, aos outros mas não a si, ou aos outros mais ou menos relativamente a si (Rokeach, 1973).

Schwartz definiu dez valores básicos (Figura 1), distintos motivacionalmente e universais à condição humana que assentam em três requerimentos da condição biológica humana, a necessidade de interação social coordenada, a necessidade de sobrevivência e a necessidade de bem-estar por parte dos grupos (Schwartz, 2003; Schwartz & Boehnke, 2004). Definindo valores como “Objetivos desejáveis, transituacionais, que variam em importância e servem como princípios guia na vida das pessoas”, os dez valores básicos pretendem incluir todos os valores centrais reconhecidos nas culturas em redor do mundo (Schwartz, 2003).

Valores	Definição em termos de objetivos e valores singulares que os representam
Poder	Representam a procura pelo <i>status</i> social e prestígio, controlo e domínio sobre pessoas e recursos: poder social, autoridade, riqueza, preservação da imagem social.
Realização	Tipo de valores que enfatiza o sucesso pessoal, através da demonstração de competência de acordo com os padrões sociais: sucesso, competência, ambição, influência.
Hedonismo	Procura pelo prazer e gratificação sensorial para si mesmo: prazer, gozar a vida, comodismo, alegria.
Estimulação	Valores que procuram a excitação, a novidade e os desafios: atrevimento, vida variada, vida excitante.
Autorregulação	Procura pela independência na escolha de ações, de criar, de explorar: criatividade, liberdade, independência, curiosidade, escolher os próprios objetivos.
Universalismo	Representa os valores que valorizam compreender, apreciar, tolerar e proteger o bem-estar de todas as pessoas e da natureza: mente aberta, sabedoria, justiça social, igualdade, paz, beleza, união com a natureza, proteção do ambiente.
Benevolência	Valorizam a preservação e reforço do bem-estar das pessoas com as quais contacta frequentemente: ajuda, honestidade, perdão, lealdade, responsabilidade.
Tradição	Referem-se ao respeito, compromisso e aceitação dos costumes e ideais que a cultura tradicional ou a religião providenciam ao <i>self</i> : humildade, aceitação da posição social, devoção, respeito pela tradição, moderação.
Conformismo	Apontam para a restrição de ações, inclinações e impulsos que podem perturbar ou causar dano aos outros ou violar as expectativas sociais ou normas sociais: cortesias, obediência, auto disciplina, honrar os pais e os mais velhos.
Segurança	Diz respeito à segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, das relações e do eu: segurança familiar, segurança nacional, ordem social, limpeza, reciprocidade de favores.

Figura 1. Definição dos tipos de valores motivacionais em termos dos seus objetivos e valores singulares que os representam (Schwartz, 2003).

A Figura 2 representa a teorização sobre o padrão de conflitos e congruências entre os dez valores postulados na teoria dos valores de

Schwartz e tem por base as relações de conflito e congruência entre todos os dez valores básicos. Este optou por um arranjo circular que lhe permite representar através da aproximação, na figura, quais os valores mais ou menos congruentes, sendo que aqueles valores que se posicionarem mais próximo em torno do círculo serão os mais similares ao nível das motivações básicas, e quanto mais antagónicas forem essas mesmas motivações básicas, mais afastados esses valores estarão na figura circular (Schwartz, 2003), que representa um contínuo motivacional (Schwartz, 2003; Schwartz & Boehnke, 2004; Paez & De-Juanas, 2014). A estrutura sumariza-se em duas dimensões ortogonais: autovalorização *versus* autotranscendência, dimensão na qual os valores de poder se opõem a valores de universalismo e benevolência, e abertura à mudança *versus* conservadorismo, onde valores de autorregulação e estimulação se opõem a valores de segurança, conformismo e tradição (Schwartz, 2003; Paez & De-Juanas, 2014). Já o hedonismo partilha elementos de abertura à mudança e autovalorização (Schwartz, 2003).

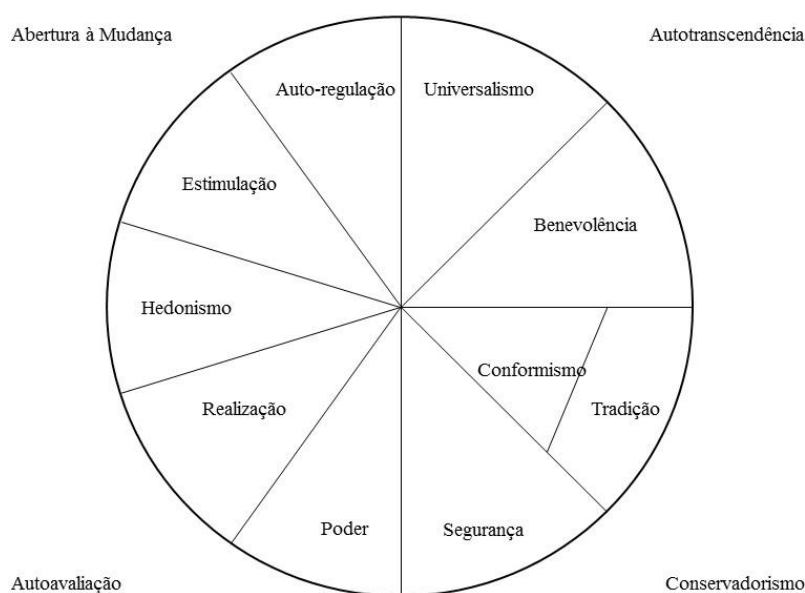


Figura 2. Modelo teórico das relações entre os dez tipos motivacionais de valores (Schwartz, 2003).

III - Objetivos

O presente estudo procura, com base em estudos anteriores do género, como Estanqueiro (2014) e Oliveira (2016), e a partir da teoria das representações sociais, compreender e descrever o perfil da pessoa com deficiência intelectual por parte dos estudantes do ensino superior português e a sua relação com os valores humanos dos estudantes.

Verificada, através da análise teórica, uma insuficiente inserção profissional dos deficientes intelectuais, o estudo pretende compreender de que forma as representações sociais acerca da pessoa com deficiência intelectual e o valores dos inquiridos podem trazer luz à marginalização da pessoa com deficiência intelectual do mercado de trabalho. Tendo por base as representações sociais presentes para a pessoa com deficiência intelectual e para a pessoa bem sucedida, profissional e pessoalmente.

A realização deste estudo pretende então:

- i. Estudar as representações sociais da pessoa com deficiência intelectual e da pessoa com sucesso profissional.
- ii. Perceber as semelhanças e as diferenças entre as representações sociais da pessoa com deficiência intelectual e da pessoa com sucesso profissional.
- iii. Verificar quais os grupos de características que surgem associadas em cada uma das condições.
- iv. Estudar a distribuição dos valores humanos na amostra.
- v. Compreender de que forma os valores estão associados à atribuição de características da pessoa com deficiência intelectual.

IV - Metodologia

Desenho da investigação

Esta investigação tem por base um estudo analítico não experimental, onde não ocorre manipulação das variáveis, sendo que não se pretende aferir a relação de causalidade entre os acontecimentos (Poeschl, 2006). Serve-se de métodos quantitativos e da estatística inferencial para procurar compreender, com base nas respostas dos inquiridos, como as representações sociais se agrupam na atribuição de características tanto na imagem de uma pessoa com deficiência intelectual como na de uma pessoa com sucesso profissional e pessoal.

Foi realizada uma análise bivariada para procurar compreender a forma como os fatores resultantes das respostas dos inquiridos sobre a deficiência intelectual e os seus valores se correlacionam, ou seja, de que forma as suas características estão ligadas entre si, até que ponto nos é possível inferir que a variação de uma é acompanhada simultaneamente pela variação de outra (Poeschl, 2006).

Descrição da amostra

A amostra contou com as respostas de 207 indivíduos e foi recolhida junto de estudantes da Universidade de Coimbra, na área das ciências sociais e humanas (nomeadamente nos cursos de psicologia, ciências da educação e serviço social), através de um questionário autoadministrado de resposta rápida, que apresenta vantagens como o custo, tempo e liberdade de resposta anónima (Gillham, 2000, pp. 5-7) e desvantagens como o efeito das características dos respondentes (Robson, 1993). Sendo que os inquiridos não reportam necessariamente as suas crenças e atitudes, é provável que haja nas suas respostas um efeito da deseabilidade social, no sentido em que os inquiridos podem responder, não de acordo com o que acreditam mas sim de acordo com a resposta que lhes permita mostrar uma boa imagem deles mesmos (Robson, 1993, p. 133). A recolha correu entre outubro e novembro de 2016, servindo-se de uma amostragem por conveniência, o mais indicado em termos temporais e em recursos, tendo em conta a calendarização do estudo apresentado, porém apresenta algumas desvantagens que devem ser tidas em consideração, nomeadamente o aumento das fontes de enviesamento que impõem uma maior sensibilidade na realização de inferências e generalizações (Hill & Hill, 2000).

Dos 207 indivíduos considerados na amostra 182 (87.9%) identificaram-se como género feminino e 25 (12.1%) como género masculino, apresentando uma média de idades de 19.26 anos ($DP = 3.06$), compreendidas entre os 17 e os 50 anos.

Instrumentos

Para a obtenção das respostas às condições pessoa com deficiência intelectual e pessoa com sucesso profissional e pessoal, foi utilizado um questionário baseado em investigações de Paicheler, Beaufils e Rauvaud (1987), adaptado para a língua portuguesa por Lopes (2010) e trabalhado por Valentim (2012) como um questionário de escalas tipo *Likert*, de sete pontos (entre 1 “*nunca se aplica*” e 7 “*aplica-se muito frequentemente*”), com duas secções, cada uma relativa a um perfil, respetivamente, deficiente intelectual e pessoa com sucesso profissional e pessoal, onde se exploram trinta e dois traços de personalidade, partindo dos fatores mais evidenciados por Cattell (Paicheler, Beaufils & Ravaud, 1987).

Foi incluído um questionário sobre os valores humanos adotado para a língua portuguesa por Valentim e Helkama (2005) do ESS_Schwartz (2003) (European Social Survey), com uma escala de seis pontos, entre 1 “*nada parecida comigo*” e 6 “*muito parecida comigo*”, onde se exploram 21 itens relativos aos dez valores propostos por Schwartz (2003).

Procedimentos de investigação adotados

1. Análise descritiva e comparação

Para o tratamento dos dados, o programa informático escolhido foi o

SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 22.0, esta escolha deve-se ao facto de este ser um dos programas de análise de dados mais utilizados para as ciências sociais e humanas (Poeschl, 2006), e um dos mais explorados na literatura.

Inicialmente foi realizado um levantamento descritivo dos dados no sentido de realçar as respostas dos inquiridos, realizando uma análise de frequências, medidas de tendência central e medidas de dispersão (Poeschl, 2006). Posteriormente foi realizado um teste de hipótese, teste de *Wilcoxon*, que procura aferir existência de diferenças significativas nas respostas dos inquiridos às características apresentadas tanto para a pessoa com deficiência intelectual como para a pessoa com sucesso profissional e pessoal.

2. Teste de hipóteses

Realizou-se o teste de *Kolmogorov-Smirnov* (Cf. Anexo 1), e uma vez não verificada a normalidade da amostra, procedeu-se ao Teste de *Wilcoxon*, um teste não paramétrico, indicado para amostras de distribuição não normal. É um teste alternativo ao teste *t*, que analisa diferenças entre duas condições no mesmo grupo de sujeitos, pretende verificar se as diferenças entre as representações da pessoa com deficiência intelectual e da pessoa com sucesso profissional e pessoal são ou não significativas, admitindo que esta diferença tem distribuição simétrica (Pestana & Gageiro, 2005).

3. Análise fatorial em componentes principais

A análise em componentes principais (ACP), uma técnica de análise exploratória multivariada que ajuda na simplificação dos resultados, é geralmente usada como um método de redução da complexidade dos dados. Uma vez que transforma um conjunto de variáveis correlacionadas num conjunto menor de variáveis independentes designadas “componentes principais” (Marôco, 2014). A sua aplicação no presente estudo vai de encontro à necessidade de organizar os dados relativos às respostas sobre as representações sociais, de forma a melhorar a compreensão dos mesmos, reduzindo a componentes principais um conjunto de trinta e duas características de personalidade para ambas as condições, pessoa com deficiência intelectual e pessoa com sucesso profissional e pessoal.

Para salvaguardar o modelo fatorial foi necessário verificar a adequação do modelo fatorial à amostra, para tal realizou-se o KMO (*Kaiser-Meyer-Okin*, medida de adequação da amostra) para cada uma das condições e o teste de esfericidade de *Bartlett* (Pestana & Gageiro, 2005).

4. Representações sociais da pessoa com deficiência intelectual e valores

No sentido de compreender e testar uma possível associação entre os dados obtidos na escala sobre as representações sociais de ambas as condições, pessoa com deficiência intelectual e pessoa com sucesso profissional e pessoal, e os valores foram realizadas correlações de *Pearson*. O *r* de *Pearson* aplica-se a variáveis de intervalo ou rácio. Sendo o Coeficiente de correlação de *Pearson* uma medida de associação linear entre variáveis

quantitativas, que varia entre -1 e 1, o 1 implica uma correlação perfeita positiva, ou seja, quando uma variável aumenta a outra aumenta em média, proporcionalmente, e -1 sugere uma relação linear negativa perfeita, já 0 significa que não existe relação linear entre as variáveis (Pestana & Gageiro, 2005). A correlação indica que os fenómenos não estão indissolúvelmente ligados, mas sim, que a intensidade de um é acompanhada tendencialmente pela intensidade do outro, no mesmo sentido ou no sentido inverso (Pestana & Gageiro, 2005).

IV - Resultados

1. Diferenças entre a condição pessoa com deficiência intelectual e pessoa com sucesso profissional e pessoal

Tendo em conta o tamanho da amostra ($N=207$) realizou-se o teste de *Kolmogorov-Smirnov* (Cf. Anexo 1), cujo resultado não verifica a existência de normalidade para ambas as condições (significâncias inferiores a .05), pelo que foi aplicado o teste não-paramétrico de *Wilcoxon* para testar as diferenças entre as condições pessoa com deficiência intelectual e pessoa com sucesso profissional e pessoal.

No Gráfico 1 é possível ter uma visão geral do resultado das médias das respostas para as diferentes características em ambas as condições. Realizado o teste de *Wilcoxon* (Cf. Anexo 2) para comparações múltiplas entre a condição pessoa com deficiência intelectual e a condição pessoa com sucesso profissional e pessoal é possível constatar que todos os valores recolhidos na primeira são estatisticamente diferentes dos valores obtidos na segunda, excetuando a característica “espontâneo”. Tendo por base as médias, verificamos que os inquiridos caracterizam a pessoa com deficiência intelectual como mais insegura, impulsiva, frustrada, indiferente à opinião dos outros, calorosa, ciumenta, sensível, tensa, conservadora, ingénua, terna, tímida, dependente que a pessoa com sucesso profissional e pessoal, esta, por sua vez é vista como mais detentora de espírito crítico, prudente, calma, detentora de espírito concreto, sonhadora, detentora de espírito de iniciativa, autoritária, perseverante, independente do grupo, com maior controlo ao nível do carácter, mais serena, prática, responsável, expansiva, emocionalmente estável, inteligente e aberta.

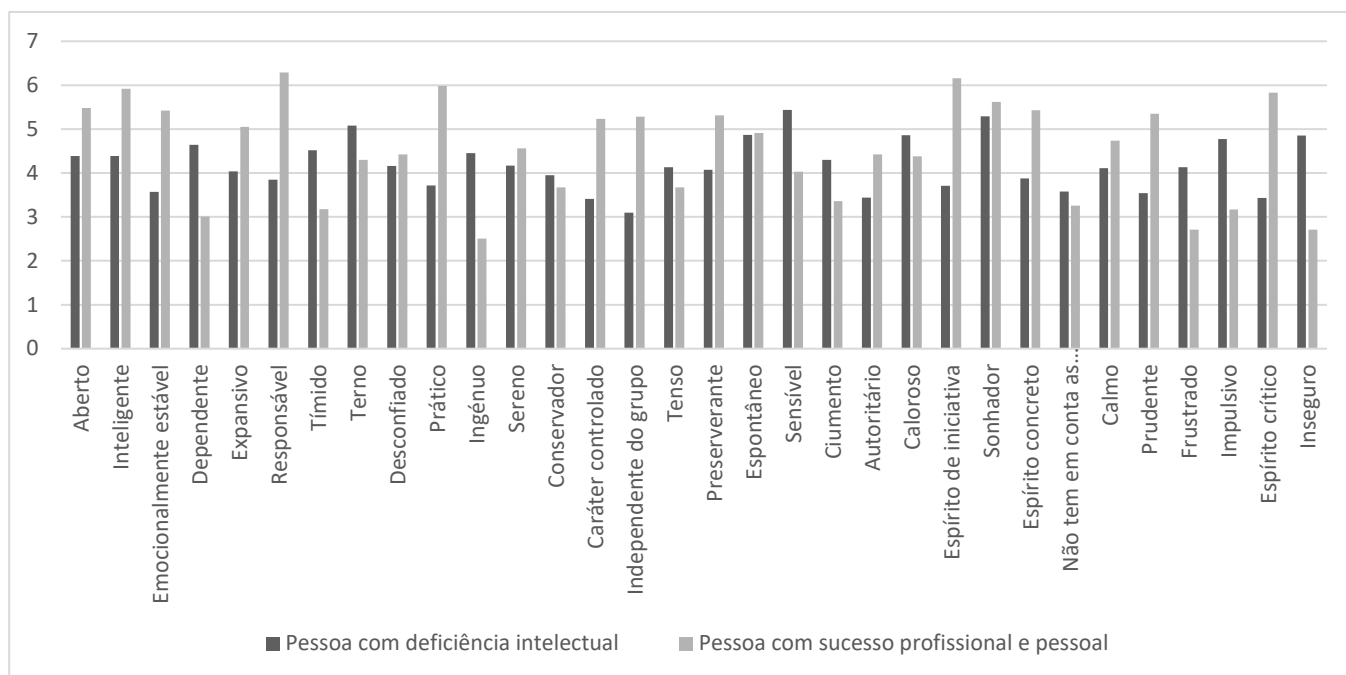


Gráfico 1

Valores médios das características atribuídas nas duas condições

2. Análise Fatorial em Componentes Principais

Com o intuito de simplificar os dados realizou-se uma análise fatorial em componentes principais. Com base nos resultados dos testes KMO e teste de *Bartlett* que permitem a continuação do procedimento de análise fatorial. Nos quais a condição pessoa com deficiência intelectual apresenta uma média da adequação de KMO de .733 e que mostra uma correlação razoável entre as variáveis, o mesmo se verifica na condição pessoa com sucesso profissional e pessoal, com uma média de adequação de KMO de .795. Já o teste de *Bartlett* tem associado uma significância de .000 em ambas as condições.

a. Condição “pessoa com deficiência intelectual”

Através de uma análise fatorial prévia verificou-se a presença de 10 fatores para a presente condição, tendo por base o critério de valor próprio maior que 1. Porém esta regra pode conduzir à seleção de componentes que não são realmente importantes, retirando utilidade de cada uma das componentes (Marôco, 2014). Uma outra regra utilizada frequentemente para determinar quais as componentes principais que retêm maior importância é o *Scree Plot*, que se baseia na representação gráfica dos valores próprios da função de cada uma das componentes principais. Através da análise do gráfico é possível selecionar as componentes principais até ao ponto em que a curva se torna mais horizontal (Pestana & Gageiro, 2005), que neste caso apontava para a extração de 5 componentes principais. Porém tendo em conta estudos anteriores, nomeadamente Estanqueiro (2014) optou-se pela extração de 4 componentes principais, que explicam 39.75% da variância total. Analisando a Quadro 2, pelo conteúdo dos itens e semelhança com os resultados

apontados por Estanqueiro (2014) as componentes mantêm-se como “Adaptação funcional” ($F1$, $\alpha = .821$, que explica 13.37% da variância total), “Caráter afetuoso” ($F2$, $\alpha = .724$, que explica 9.87% da variância total), “Intempestividade” ($F3$, $\alpha = .617$, que explica 9.02% da variância total) e “Imaturidade relacional” ($F4$, $\alpha = .500$, que explica 7.50% da variância total).

Quadro 2

Saturações fatoriais e comunalidades da análise fatorial de componentes principais com rotação varimax na condição ‘pessoa com deficiência intelectual’

Caraterísticas	F1 Adaptação Funcional	F2 Caráter Afetuoso	F3 Intempesti- vidade	F4 Imaturidade Relacional	Comunali- dades
Espírito de iniciativa	.694				.597
Espírito concreto	.673				.524
Responsável	.657				.695
Espírito crítico	.650				.524
Prático	.634				.553
Caráter controlado	.597		-.353		.765
Prudente	.517			.363	.589
Independente do grupo	.485				.552
Emocionalmente estável	.436		-.429		.590
Perseverante	.412				.522
Caloroso		.692			.762
Terno		.674			.544
Espontâneo		.636		-.315	.695
Sensível		.540			.304
Aberto		.490	-.304		.501
Expansivo		.481			.373
Sonhador		.460			.629
Inteligente		.382			.563
Ingénuo					.729
Autoritário			.631		.761
Frustrado			.574		.725
Ciumento		.322	.553		.443
Impulsivo	-.358	.314	.482		.486
Calmo	.344		-.443	.436	.639
Sereno	.366	.321	-.396		.704
Não respeita as opiniões dos outros			.368		.837
Tímido				.681	.661
Tenso			.419	.570	.577
Inseguro				.551	.774
Desconfiado				.470	.774
Conservador				.346	-.706
Dependente					.814

Tendo em conta a comparação das componentes principais extraídas com o intuito de compreender as diferentes atribuições, procedeu-se ao cálculo descritivo, nomeadamente da média das respostas. Como é possível observar no Gráfico 2, a adaptação funcional ($M = 3.7$; $DP = .7$) é a componente vista como menos característica da pessoa com deficiência intelectual, sendo as componentes carácter Afetuoso ($M = 4.8$; $DP = .7$), intempestividade ($M = 4.1$; $DP = .8$) e imaturidade relacional ($M = 4.3$; $DP = .8$) aquelas mais atribuídas à condição, com destaque para o carácter Afetuoso.

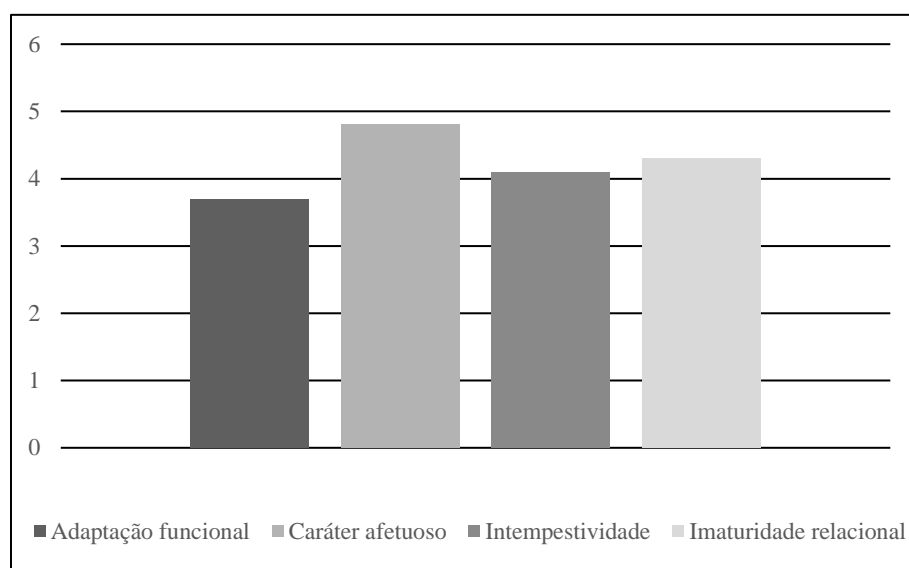


Gráfico 2

Valores médios dos quatro fatores da condição 'pessoa com deficiência intelectual'

b. Condição “pessoa com sucesso profissional e pessoal”

À semelhança da condição pessoa com deficiência intelectual a análise fatorial prévia da condição pessoa com sucesso profissional e pessoal verificou a presença de vários fatores, nomeadamente 9. Através da análise *scree plot* é possível seleccionar as 3 primeiras componentes principais até ao ponto em que a curva se torna mais horizontal (Pestana & Gageiro, 2005), o que vai de encontro aos estudos anteriores, nomeadamente Estanqueiro (2014). Optou-se então pela extração de 3 componentes principais, que explicam 39.03% da variância total. Na Quadro 3 podemos observar os resultados obtidos que, dado à semelhança com os resultados apontados por Estanqueiro (2014), mantêm o nome das componentes como “Adaptação empreendedora” ($F1$, $\alpha = .824$, que explica 16.67% da variância total), “Intempestividade” ($F2$, $\alpha = .788$, que explica 13.34% da variância total), “Fragilidade emocional” ($F3$, $\alpha = .530$, que explica 9.16% da variância total).

Quadro 3
Saturações fatoriais e comunalidades da análise fatorial de componentes principais com rotação varimax na condição 'pessoa com sucesso profissional e pessoal

Caraterísticas	F1 Adaptação Empreendedora	F2 Intempestivi- dade	F3 Fragilidade emocional	Comunali- dades
Espírito de iniciativa	.729			.674
Prático	.676			.544
Responsável	.646			.594
Prudente	.594			.702
Espírito crítico	.589			.694
Inteligente	.586			.646
Caráter controlado	.551			.698
Emocionalmente estável	.518			.604
Aberto	.518			.613
Expansivo	.516			.464
Sereno	.491	-.368	.305	.608
Espírito concreto	.480			.684
Calmo	.479	-.408		.702
Sonhador	.421			.552
Independente do grupo	.393			.450
Espontâneo	.372			.634
Perseverante	.366			.663
Tenso		.783		.675
Autoritário		.735		.671
Desconfiado		.644		.581
Frustrado		.628		.644
Ciumento		.579	.449	.583
Não respeita as opiniões dos outros		.553		.603
Impulsivo		.541	.366	.661
Conservador		.436		.602
Ingénuo			.709	.642
Sensível			.644	.597
Tímido			.582	.616
Inseguro		.410	.539	.641
Terno	.369	-.351	.507	.616
Caloroso		-.342	.424	.627
Dependente			.309	.777

Para compreendermos as diferentes atribuições através dos resultados obtidos nas diferentes componentes extraídas procedeu-se ao cálculo descritivo da média das componentes e de forma semelhante à apresentada para a condição anterior apresentam-se os resultados, Gráfico 3. Sendo a adaptação empreendedora ($M = 5.4$; $DP = .5$) claramente a componente vista como mais característica da pessoa com sucesso profissional e pessoal, e as componentes intemperividade ($M = 3.6$; $DP = .9$) e fragilidade emocional ($M = 3.4$; $DP = .7$) aquelas menos atribuídas à condição.

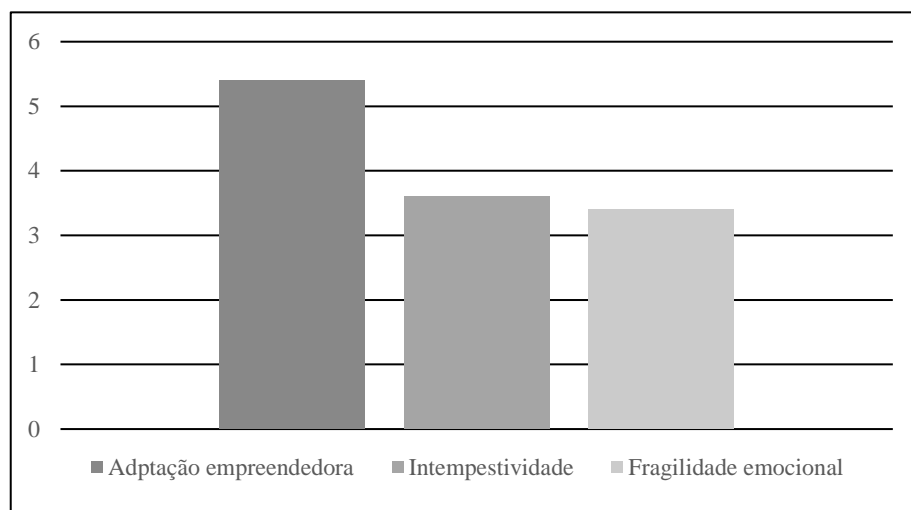


Gráfico 3

Valores médios dos três fatores da condição 'pessoa com sucesso profissional e pessoal'

3. Análise descritiva dos valores

Para compreendermos a distribuição e presença dos dez valores propostos por Schwartz (2003) realizou-se uma análise descritiva, resumida no Gráfico 4, onde podemos observar uma forte identificação com os valores universalismo e benevolência, em contrapartida com a fraca identificação com valores de poder e conformismo.

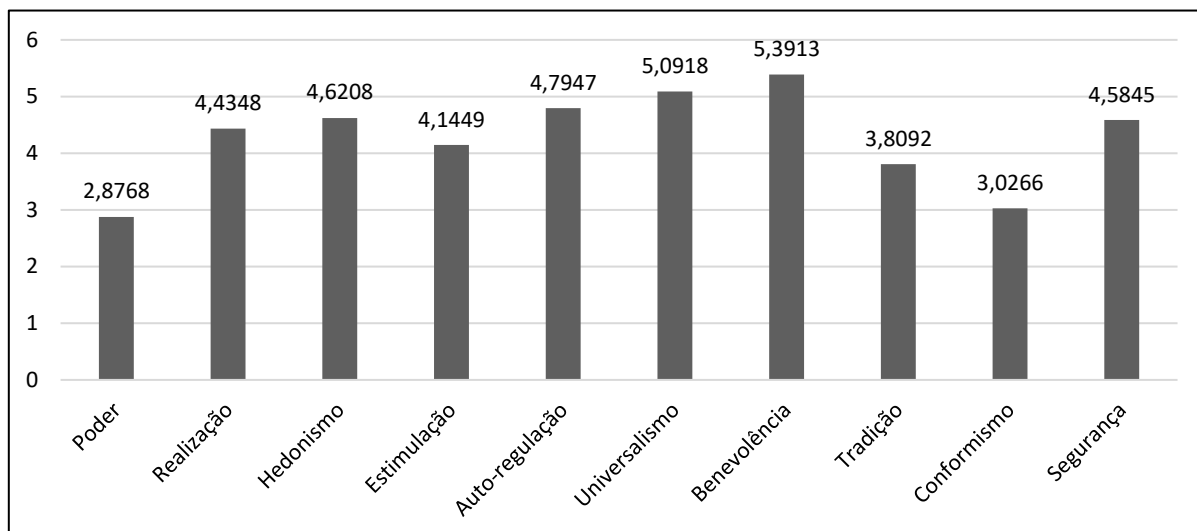


Gráfico 4
Pontuação média para os dez valores humanos na amostra

4. Representações sociais da pessoa com deficiência intelectual e valores

Foram realizadas correlações de Pearson. As correlações, Quadro 4, e de acordo com Pestana e Gageiro (2005), indicam que a componente intemperividade apresenta correlação estatisticamente significativa com os valores autorregulação ($p \leq .05$), hedonismo ($p \leq .01$) e estimulação ($p \leq .01$). A componente carácter afetuoso tem correlação estatisticamente significativa com os valores tradição ($p \leq .01$) benevolência ($p \leq .01$), universalismo ($p \leq .01$) e estimulação ($p \leq .01$). Já as componentes adaptação funcional e imaturidade relacional apresentam, respetivamente, associação com a benevolência ($p \leq .01$) e com a tradição ($p \leq .05$).

Quadro 5

Correlações de Pearson entre os resultados da condição pessoa com deficiência intelectual e os 10 valores de Schwartz

Valores	Adaptação Funcional	Caráter Afetuoso	Intempestividade	Imaturidade Relacional
Segurança	.021	.000	.033	.082
Conformismo	.040	-.037	.037	.025
Tradição	.056	.159*	.050	.182**
Benevolência	.144*	.161*	-.052	.104
Universalismo	.132	.162*	-.043	.119
Autorregulação	.080	.082	.191**	.107
Poder	.019	-.090	.097	.003
Realização	-.050	-.103	.112	-.010
Hedonismo	.031	.127	.178*	.106
Estimulação	.138	.151*	.147*	.060

Nota. * $\rho \leq .05$. ** $\rho \leq .01$.

V - Discussão

Tendo o presente estudo o objetivo de, com base na teoria das representações sociais, continuar e complementar o estudo das representações da deficiência intelectual, nomeadamente com a compreensão do perfil deficiente intelectual nas representações sociais dos estudantes do ensino universitário português, na área das ciências sociais. O estudo procura analisar, além da imagem do deficiente intelectual, a relação entre as representações sociais dos estudantes para com o deficiente intelectual e os valores dos estudantes.

Na tentativa de compreender a marginalização dos deficientes intelectuais, face ao mercado de trabalho, e na procura de linhas orientadoras que permitam minimizar e eliminar as barreiras sociais, políticas, físicas e psicológicas, assim como os seus efeitos, e assegurar que as pessoas com deficiência intelectual possam participar e contribuir socialmente através do trabalho e lhes seja dada autonomia na satisfação das suas necessidades básicas sem o recurso a ferramentas e apoios estatais (Costa, Camello, Tette, Rezende, & Nepomuceno, 2011; Engeset et al., 2015), o presente estudo procura encontrar nas respostas dos estudantes uma organização e generalização das representações sociais da deficiência intelectual.

De realçar que a interpretação dos dados não pode alienar-se da base exploratória do estudo e das suas limitações ligadas principalmente ao tamanho e especificidades da amostra recolhida.

Partindo das respostas da amostra observamos que o perfil da pessoa com deficiência intelectual é marcado por uma forte componente emocional, sendo que o fator caráter afetuoso é o que apresenta maior média. Fator este que engloba um conjunto de características ligadas à componente emocional, e onde se destacam características como sonhador, sensível e terno. A

caracterização da pessoa com deficiência intelectual conta ainda com uma forte presença dos fatores imaturidade relacional e intempestividade, também eles com características essencialmente emocionais, tendencialmente mais negativas. Este caráter contraditório, em que se atribui à pessoa com deficiência intelectual um elevado caráter afetivo e ao mesmo tempo uma acentuada imaturidade e intempestividade emocional foi encontrado nos estudos de Estanqueiro (2014) e Oliveira (2016), e tal como Estanqueiro apresentou, justifica-se com uma característica das representações sociais, a ausência de uma lógica linear no fenómeno relatada por Moscovici (1961) como polifasia cognitiva (Moscovici, 1961; Moscovici, 2000), que se traduz na presença de mais que um tipo de racionalidade no indivíduo ou num grupo. Esta contradição pode também demonstrar uma certa ambiguidade e dificuldade na caracterização da pessoa com deficiência intelectual, como algo desconhecido, mesmo entre os estudantes da área social (Estanqueiro, 2014).

Já o fator adaptação funcional revela que os estudantes atribuem, comparativamente com as características emocionais, uma menor adaptação funcional à pessoa com deficiência intelectual, que consideram detentores de menor espírito de iniciativa ou espírito crítico e de caráter menos controlado.

Para melhor se compreender as representações sociais resultantes foi pedido aos inquiridos, como referido anteriormente, que respondessem ao mesmo conjunto de características para o perfil de uma pessoa bem sucedida a nível profissional e pessoal. Os resultados mostram-nos de forma clara que, para o perfil da pessoa com sucesso profissional e pessoal, existe uma maior presença de atribuição de características relativas a uma boa adaptação empreendedora e menor atribuição de características emocionais negativas. A imagem de um indivíduo responsável, prático e dotado de espírito de iniciativa ligada à baixa atribuição de intempestividade e fragilidade emocional, revelam, como em estudos anteriores (Estanqueiro, 2014; Oliveira, 2016) uma segurança e estabilidade emocional característica deste perfil. Apontando para o equilíbrio entre a adaptação empreendedora e estabilidade e segurança emocionais.

De notar a presença da imagem de pessoa empreendedora, que além de características meramente funcionais, engloba características emocionais que se encontram ligadas ao sucesso profissional e ao mundo do trabalho, e são, a par com as características funcionais, valorizadas e permitem uma adequação entre o sucesso profissional e pessoal (Estanqueiro, 2014). Características como a tolerância ao risco, a necessidade de realização, o *locus* de controlo e o alerta empreendedor são apontados por Karabulut (2016) como influenciadoras da intenção empreendedora. Pessoas com maiores níveis destas características são geralmente potenciais empreendedores, revelando que além das características funcionais, a pessoa empreendedora apresenta características emocionais e o sucesso profissional passa por uma postura empreendedora e não apenas por uma adaptação funcional (Karabulut, 2016). O equilíbrio funcional e emocional do perfil da pessoa com sucesso profissional e pessoal aponta no sentido do empreendedorismo, enquanto o perfil do deficiente intelectual, por seu lado, deixa claras dúvidas à visão das

potenciais contribuições deste para o seu próprio futuro profissional. A personalidade empreendedora é um tema recorrente nas sociedades contemporâneas, e bastante presente na vida académica na qual a amostra se insere (Mello, Leão & Cordeiro, 2007). Sendo visível a ligeira facilidade, algo que não se verifica no perfil da pessoa com deficiência intelectual, com que os estudantes clarificam o perfil da pessoa com sucesso profissional e pessoal.

Comparando o perfil da pessoa com deficiência intelectual e o perfil da pessoa com sucesso profissional e pessoal são claras as diferenças de atribuição. Numa análise mais rudimentar observamos que das trinta e duas características tidas em conta no questionário, apenas uma, espontaneidade, mostrou ser estatisticamente semelhante entre ambos os perfis, o que significa, num nível comparativo, que os perfis são diferentes nas restantes trinta e uma características, observáveis no Gráfico 1 e Quadro 1. De fato, analisando o Gráfico 1, constatamos que características com conotação mais negativa se encontram mais associadas ao perfil da pessoa com deficiência intelectual, como a insegurança, a frustração e a dependência, e, por outro lado, características mais adaptativas são mais associadas ao perfil da pessoa com sucesso profissional e pessoal, como a presença de espírito crítico, de espírito concreto, de responsabilidade e independência do grupo. Também ao analisarmos o peso dos fatores podemos observar que, contrariamente ao perfil da pessoa com sucesso profissional e pessoal em que uma forte adaptação empreendedora surge associada a um equilíbrio emocional, no perfil da pessoa com deficiência intelectual são as características afetuosas e de imaturidade relacional associadas a uma fraca adaptação funcional que definem o perfil. Os seja, enquanto a pessoa com sucesso profissional é percebida como alguém capaz, adaptado e emocionalmente estável, a pessoa com deficiência intelectual surge, em congruência com estudos anteriores, como Estanqueiro (2014) e Oliveira (2016), desadequada ao mundo do trabalho, limitada e incapaz. Desadequação que se torna clara com a presença de características pouco congruentes com o sucesso profissional como a imaturidade relacional e ainda pela fraca presença de características funcionais, basilares a um bom desempenho, como a responsabilidade e a praticidade.

Os resultados apontam assim para uma clara diferença entre a pessoa com deficiência intelectual e a pessoa com sucesso profissional e pessoal no que diz respeito à adaptação funcional e emocional ao trabalho. Estes dados vão de encontro à realidade profissional do indivíduo intelectualmente deficiente, que, quando chega a ser inserido no mercado de trabalho, recorrentemente não recebe os mesmos benefícios, nem o mesmo tratamento que o indivíduo dito normal, com sérias limitações ao nível da progressão na carreira (Blick, 2016), possivelmente por ser visto e encarado social e profissionalmente como desajustado e pouco adequado à atividade laboral.

No estudo correlacional os resultados mostram-nos associações entre os valores humanos dos inquiridos e as atribuições ao perfil da pessoa com deficiência intelectual. Nomeadamente os valores característicos de abertura à mudança (hedonismo, estimulação e autorregulação) e autotranscendência (universalismo e benevolência), que se associam, respetivamente, com a

intempestividade e caráter afetuoso da pessoa com deficiência intelectual. O que nos mostra que inquiridos mais disponíveis para a experiência, para a procura de novos desafios, para criar e procurar a liberdade tendem a perceber a pessoa com deficiência intelectual como mais intempestiva, ao mesmo tempo que valores como a tolerância, a preocupação com o outro, a responsabilidade social, a aceitação e igualdade mostram uma associação com a atribuição à pessoa com deficiência intelectual de características afetuosas. Também o valor tradição, que se pauta pela humildade e pela aceitação da condição social, surge associado ao caráter afetuoso e, sendo o único, à imaturidade relacional, o que realça a visão implementada do deficiente intelectual como alguém ao mesmo tempo afetuoso e imaturo ao nível das relações, pouco adaptado ao mercado de trabalho e à contribuição social.

De realçar a associação entre a adaptação funcional e a benevolência, que aponta no sentido de que pessoas que valorizam a preservação e o reforço do bem-estar do outro e pautam pela ajuda, honestidade e lealdade estão mais disponíveis a encarar a pessoa com deficiência intelectual como adaptada funcionalmente, mais capaz de ingressar no mercado de trabalho. Sendo de facto o único valor que se mostra ligado à atribuição de características funcionais ao deficiente intelectual.

De uma forma geral os valores tradição, benevolência, universalismo e estimulação demonstram associação com atribuições afetuosas, demonstrando que esta se trata de uma atribuição transversal a valores de abertura à mudança, autotranscendência e conservadorismo.

Sendo os valores determinantes do comportamento humano (Schwartz, 2003; Vignoch, Lezana & Camilotti, 2014) e partindo dos resultados obtidos, podemos admitir que a inclusão dos deficientes intelectuais encontra ainda barreiras e dificuldades claras, sendo que se verifica uma ausência clara de atribuições funcionais à pessoa com deficiência intelectual, e esta se encontra associada apenas de forma residual aos valores, o que implica que mesmo numa amostra onde os valores de autotranscendência (benevolência e universalismo) são aqueles que mostram mais identificação com os inquiridos, a deficiência intelectual continua a ser encarada como desajustada ao teor do trabalho. Mesmo o valor universalismo, que se direciona para comportamentos de igualdade, de sabedoria e justiça social, se encontra aqui associado ao caráter afetuoso da pessoa com deficiência intelectual, apontado no sentido de perpetuação da ideia desta como uma pessoa calorosa, terna e sensível porém, não aponta numa clara associação com a atribuição de características funcionais ao deficiente intelectual. Ou seja, identificação com valores de universalismo não conduz necessariamente a representações mais funcionais do deficiente intelectual.

Mesmo que os estudos apontem para uma capacidade clara dos deficientes intelectuais no desempenho de funções para as quais receberam formação e estão capacitados (Fernandes, 2011), assim como as melhorias claras na qualidade de vida destes quando capazes e inseridos no mercado de trabalho, comparativamente com pares inseridos em centro de ocupação (Blick, 2016), as representações sociais da pessoa com deficiência parecem não acompanhar a evolução científica e prendem-se maioritariamente com as

ideias pré concebidas de inadequação. Sendo o trabalho uma ferramenta fundamental na manutenção de uma identidade social e de equilíbrio pessoal, assim como para a clarificação de papéis (Engeset et al., 2015) é importante a consciencialização e transposição do conhecimento funcional dos deficientes intelectuais para o senso comum, para que a sua inclusão no mercado de trabalho não passe apenas pelo preenchimento de cotas ou procura de redução fiscal (Costa et al., 2011).

VI - Conclusões

O estudo pôs em evidência a imagem da pessoa com deficiência intelectual em contraposição com a imagem da pessoa com sucesso profissional, o que permitiu um olhar sobre as representações sociais do deficiente intelectual presentes no seio da comunidade estudantil, permitindo um maior entendimento das barreiras sociais e psicológicas que se colocam à inserção desta população no mercado de trabalho.

Verifica-se a presença de uma imagem de desadequação, inadaptação funcional e imaturidade relacional associadas à pessoa com deficiência intelectual comparativamente à imagem de equilíbrio funcional e relacional da pessoa com sucesso profissional e pessoal. É de notar que ao nível das representações sociais perduram as ideias de incapacidade funcional e desequilíbrio emocional, que podem estar na base da sua marginalização face à inserção socioprofissional. A presença de associações positivas entre determinados valores humanos, nomeadamente os ligados à abertura à mudança e autotranscendência, e as representações por parte dos estudantes, revela que valores mais ligados ao outro se associam com imagens mais emocionais da pessoa com deficiência intelectual. Sendo que na abertura à mudança existe uma relação com a intempestividade, apontando que pessoas mais abertas à experiência tendem a ver a pessoa com deficiência intelectual como mais intempestiva, e por outro lado uma maior identificação com valores autotranscendentes tende a apontar para caracterizações mais emotivas da pessoa com deficiência intelectual. Já o valor benevolência que engloba a honestidade, a lealdade e a responsabilidade é o único que revela neste estudo uma associação positiva com a adaptação funcional do deficiente intelectual.

No momento presente, procura-se combater a marginalização e assumem extrema importância as discussões sobre igualdade de oportunidades. O presente estudo pretende com o seus resultados chamar à atenção para a problemática da não inclusão socioprofissional do deficiente intelectual, chamando à atenção para o caminho que há ainda a percorrer no sentido de mudar a imagem do deficiente intelectual junto de senso comum. Cabe também às organizações um papel de responsabilidade social que lhes permita acolher a diferença e trabalhar com ela rumo à rentabilidade de talento e à igualdade de oportunidade e progressão.

Bibliografia

- AAIDD, Ad Hoc Committee on Terminology and Classification. (2010). *Intellectual Disability: Definition, Classification, and Systems of Supports* (11^a ed.). Washington, DC.: American Association on Intellectual and Developmental Disabilities.
- Alcedo, M. A., Fontanil, Y., Solís, P., Pedrosa, I., & Aguado, A. L. (2016). People with intellectual disability who are ageing: Perceived needs assessment. *Internacional Journal of Clinical and HERlth Psychology*, 1-8.
- APA, A. P. (2007). *Dicionário de Psicologia*. Porto Alegre: Artmed Editora S. A.
- Barnes, C., & Mercer, G. (2005). Disability, work and welfare: challenging the social exclusion of disabled people. (B. P. Ltd, Ed.) *Work, employment an society*, 19(3), 527-545.
- Blick, R. N., Litz, K. S., Thornhill, M. G., & Goreczny, A. J. (2016). Do inclusive work environments matter? Effects of communitu-integrated employmente on quality of life for individuals with intellectual disabilities. *Research inn Development Disabilities*, 358-366.
- Costa, M. C., Camello, D., Tette, R., Rezende, M., & Nepomuceno, M. (2011). Inclusão Social pelo Trabalho: a Qualificação Profissional para pessoas com Deficiência Intelectual. *Revista Interdisciplinar de Psicologia*, 200-201.
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006). *Assembleia Geral das Nações Unidas*.
- Engeset, A., Sudertrom, S., & Vik, K. (2015). Day activity centres - work for people with intellectual disabilities: A Norwegian perspective. *Work*, 193-203.
- Estanqueiro, J. P. V. (2014). *Representações sociais de estudantes universitários acerca de pessoas com deficiência mental e sua integração socioprofissional* (Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações e do Trabalho). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Estramiana, J. L., Pereira, C. R., Monster, M. R., & Zlobina, A. (2013). Valores Sociais. Em L. Camino, A. R. Torres, M. E. Lima, & M. E. Pereira, *Psicologia Social: Temas e Teorias* (2^a ed., pp. 311-355). Brasília: Technopoliyik.

- Fontes, F. (2016). *Pessoas com deficiência em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Fernandes, C. S. C. (2011). *Representações sociais de profissionais de saúde relativamente a pessoas deficientes mentais e sua integração socioprofissional*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Gabinete de Estratégia e Planeamento; Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. (2012). *O Emprego das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade – Uma abordagem pela igualdade de oportunidades*. Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento.
- Gillham, B. (2000). *Developing a Questionnaire*. New York: Continuum.
- Graby, S. (2015). access to work or liberation from work? Disabled people, autonomy, and post-work politics. *Canadian Journal of Disability Studies*, 132-160.
- Grover, C., & Soldatic, K. (2013). Neoliberal restructuring, disabled people and social (in)security in Australia and Britain. *Scandinavian Journal of Disability Research*, 216-232.
- Karabulut, A. T. (2016). Personality Traits os Entrepreneurial Intention. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 12-21.
- Marôco, J. (2014). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Mello, S., Leão, A., & Cordeiro, A. (2007). Sujeito como centro da acção empreendedora: Concepção e verificação empírica de um arcabouço conceitual analítico. *Organizações e Sociedade*, 94-111.
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1981). On Social Representation. Em J. P. Forgas, *Social Cognition: Perspectives on Everyday Understanding* (pp. 181-209). New York: Academic Press Inc.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, S. (2000). *Social Representations: Explorations in Social Psychology*. Cambridge: Polity Press.
- Oliveira, M. F. M. (2016). *Representações sociais acerca de pessoas com*

deficiência intelectual e os valores humanos (Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações e do Trabalho). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

- Paez, J., & De-Juanas, A. (2015). Validation of Schwartz Values Scale for Spanish Adolescents Populaion. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 195-201.
- Paicheler, H., Beaufils, B., & Ravaud, J.-F. (1987). Personnalisation et stigmatisations sociales. In J.-L. Beauvois, R.-V. Joule, & J.-M. Monteil (Eds.), *Perspetives cognitives et conduits sociales* (vol. 1, pp. 45-61). Fribourg: DelVal.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de Dados para Ciências Sociais*. Lisboa: Edições Sílabo, LDA.
- Poeschl, G. (2006). *Análise de Dados na Investigação em Psicologia: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Robson, C. (2002). *Real World Research* (2^a ed.). Oxford: Blackwell Publishing.
- Rokeach, M. (1973). *The Nature of Human Values*. New York: The Free Press.
- Schwartz, S. H. (2003). A Proposal for Measuring Value Orientations across Nations. Chapter 7 in the Questionnaire Development Package of the EuropeanSocialSurvey. Website: http://www.europeansocialsurvey.org/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=126&Itemid=80.
- Shwartz, S., & Boehnke, K. (2004). Evaluating the structure of human values with confirmatory factor analysis. *Journal of Research in Personality*, 230-255.
- Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento Social e Representações Sociais. Em J. Vala, & M. B. Monteiro, *Psicologia Social* (9^a ed., pp. 569-600). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valentim & Helkama (2005). Adaptação portuguesa do European Social Survey. (não publicado).
- Valentim, J. P. (2016). Questionário de representações sociais acerca da deficiência intelectual. (não publicado).
- Vignochi, L., Lezana, Á., & Camilotti, L. (2014). Empreendedorismo e valores humanos: um estudo conceitual. *Revista Eletrónica de Gestão Organizacional*, 271-292.

- Walsh, P., & Linehan, c. (2007). Living and working in the community. Em A. Carr, G. O'Reilly, P. Walsh, & J. McEvoy, *The handbook of Intellectual Disability and Clinical Psychology Practice* (pp. 759-785). New York: Routledge.
- Hill, M. M. & Hill, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Yazbeck, M., McVilly, K., & Parmenter, T. (2004). Attitudes Towards People with Intellectual Disabilities. *Journal of Disability Policy Studies*, 97-117.

Anexos

Anexo 1

Testes de normalidade da amostra

Testes de Normalidade						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
PDI	,077	207	,004	,981	207	,008
PSP	,092	207	,000	,961	207	,000

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Anexo 2

Médias das características para ambas as condições (pessoa com deficiência intelectual e pessoa com sucesso profissional e pessoal) e teste de Wilcoxon para comparações múltiplas entre as condições.

Caraterística	M da PDI	DP da PDI	M da PSP	DP da PSP	PDI vs PSP
Aberto	4.39	1.23	5.48	1.10	.000
Inteligente	4.39	1.28	5.92	.81	.000
Emocionalmente estável	3.57	1.20	5.42	1.05	.000
Dependente	4.64	1.55	3.01	2.80	.000
Expansivo	4.04	1.01	5.05	1.09	.000
Responsável	3.85	1.23	6.29	.75	.000
Tímido	4.52	1.17	3.18	1.11	.000
Terno	5.08	1.09	4.30	.86	.000
Desconfiado	4.16	1.28	4.42	1.28	.022
Prático	3.72	1.14	5.98	1.81	.000
Ingénuo	4.45	1.45	2.51	1.03	.000
Sereno	4.17	1.06	4.56	1.13	.000
Conservador	3.95	2.57	3.67	1.87	.039
Carácter controlado	3.41	1.08	5.23	1.10	.000
Independente do grupo	3.10	1.22	5.28	1.36	.000
Tenso	4.13	1.17	3.67	1.42	.000
Perseverante	4.07	1.01	5.31	1.18	.000
Espontâneo	4.87	1.35	4.91	1.17	.914*
Sensível	5.44	.99	4.03	1.11	.000
Ciumento	4.30	1.22	3.36	1.25	.000
Autoritário	3.44	1.19	4.42	1.46	.000
Caloroso	4.86	1.15	4.38	1.00	.000
Espírito de iniciativa	3.71	1.24	6.16	.76	.000
Sonhador	5.29	1.24	5.62	1.07	.003
Espírito concreto	3.88	1.07	5.43	1.10	.000
Não tem em conta as opiniões dos outros	3.58	1.33	3.26	1.48	.018
Calmo	4.11	.946	4.74	1.06	.000
Prudente	3.54	1.00	5.35	.94	.000
Frustrado	4.13	1.17	2.71	1.37	.000
Impulsivo	4.77	1.17	3.17	1.17	.000
Espírito crítico	3.43	1.14	5.83	.91	.000
Inseguro	4.85	1.28	2.71	1.18	.000

PDI – Pessoa com deficiência intelectual
PSP – Pessoa com sucesso profissional

* Estatisticamente significativo (Teste de Wilcoxon)